

**ATA DA 222ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves  
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3

4 **DATA:** 08/03/2017

5

6 **HORÁRIO:** 14:00 horas

7

8 **PRESENTES**

9 **CONSELHEIROS TITULARES**

10 Alessandra Tagliari C. Da Silva (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

11 Alexandre Cunha dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

12 Aline Gunsett (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

13 André Mendes Arent (Associações Profissionais Área da Saúde)

14 Beatriz Minatto (MS)

15 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

16 Canísio Isidoro Winkelmann (AHESC)

17 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

18 Clécio Antônio Espezim (SES)

19 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

20 Elsita Chorztenberger Andrade (Organizações Religiosas)

21 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)

22 Fátima Regina da Silva (Ass./Mov. População Afrodescendente e População Indígena)

23 Francieli dos Santos (FEHOESC)

24 Hortência Salet Muller Tierling (Conselho Reg. Área da Saúde)

25 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

26 Luiz Henrique Costa (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

27 Maria Conceição dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

28 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)

29 Mario Bastos (SES/SC)

30 Milton Ricardo de Medeiros Fernandes (Conselho Reg. Área da Saúde)

31 Nayana Setubal Bittencourt (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

32 Nereu Sandro Espezim (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

33 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

34 Sérgio Murilo Rabelo (Trabalhadores Urbanos)

35 Sônia Teresinha Bodanese (COSEMS/SC)

36

37 **CONSELHEIROS SUPLENTE**

38 Clóvis Thadeu Rabello Improta (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

39 Helena Edília Lima Pires (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

40 Helga Regina Bresciani (Conselho Reg. Área da Saúde)

41 Leonilda Delourdes Gonçalves (Organizações Religiosas)

42 Luiz de Bittencourte (Trabalhadores Urbanos)

43 Valmir Braz de Souza (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

44

45 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA**

46 Clarinda da Luz Durigon (Ass. Moradores)

47 Karina Cardoso Gulbis Zimmermann (Associações Profissionais Área da Saúde)

48 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

49 A 222ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min, sob  
50 a coordenação do Presidente, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, com a presença dos  
51 Conselheiros acima nominados. Em seguida deu posse ao Conselheiros abaixo:

<b><u>TITULARES</u></b>	<b><u>SUPLENTE</u></b>
Milton Ricardo de Medeiros Fernandes – CREFITO	Emerson Antônio Brancher – CREF
Maury José da Luz Maciel – SOESC	Vânio Cardoso Lisboa – SIMESC
Nereu Sandro Espezim – SINDSAÚDE	Valmir Braz de Souza – SINDPREVS
Luiz Henrique Costa – SINDFAR	Clóvis Thadeu Rabello Improta – SIMVET
Maria Izabel Giroto – FETRAM	Nicolau de Almeida Netto – NCST
Sérgio Murilo Rabelo – CUT	Luiz de Bittencourte – Força Sindical

52

53 **APROVAÇÃO DA ATA**

54 A Ata da sessão de fevereiro foi aprovada, com três abstenção.

55

56 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

57 Ofício Nº 087/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Complementar da  
58 Auditoria nº 16225;

59 Ofício Nº 0136/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria  
60 nº 17173;

61 Ofício Nº 0139/2017/MS/SC, o qual encaminha cópia do Relatório de Cooperação Técnica nº  
62 1584;

63 Ofício Nº 0100/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria  
64 nº 16222;

65 Ofício-Circular Nº 038/SE/CNS/GM/MS, o qual encaminha o convite da 95 Reunião da  
66 CISTT Nacional;

67 C.I.Nº 090/2016/GEAUD, a qual encaminha o Relatório de Auditoria/DIPA do mês de janeiro  
68 de 2017;

69 Ofício Nº 054/2017/DIREX/FAHECE, o qual informa a solicitação da prorrogação dos  
70 Convênios nºs 792588 e 800092/2013.

71

72 **ITEM I – ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CES/SC;**

73 O Presidente do Conselho, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, informou da manifestação  
74 de vontade da Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole se candidatar a Presidente do  
75 CES e perguntou se mais alguém gostaria de colocar seu nome à disposição. Não havendo  
76 manifestação, O Presidente submeteu ao Plenário o nome da Conselheira Cléia Aparecida  
77 Clemente Giosole, representante da FAMESC – Usuários para Presidente do CES. Por  
78 unanimidade o Conselho elegeu A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole Presidente  
79 do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina, que tomará posse em 05/04/2017.

80 Em seguida, para se candidatar ao cargo de Vice-Presidente, se manifestou o  
81 Conselheiro Bernard Van de Meene, e por não haver nenhuma outra manifestação, O  
82 Presidente submeteu ao Plenário nome do Conselheiro, representante da FEAPESC –  
83 Usuários, o qual foi eleito por unanimidade, que tomará posse em 05/04/2017.

84 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole agradeceu a confiança de todos, no  
85 dia tão importante, que é o dia 8 de março e falou que irá, acompanhada de todos, trabalhar  
86 pelo Sistema Único de Saúde.

87 O Conselheiro Bernard Van de Meene agradeceu a todos e falou que já vinha  
88 trabalhando em parceria com o Presidente, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, e que, junto com  
89 todos, tentará somar para a melhoria da Saúde do Estado.

90 **ITEM II - ORÇAMENTO SES/2017 (Proposta de Resolução da Comissão de**  
91 **Acompanhamentos Orçamentários do CES);**

92 O Conselheiro Bernard Van de Meene, coordenador da Comissão Permanente de  
93 Acompanhamentos Orçamentários do CES, relatou que, no final do ano passado, aconteceu a  
94 reunião desta Comissão, na qual foi apresentado, pelos representantes da SES, o Orçamento  
95 para 2017, considerado pelos membros como totalmente utópico, Já que foi elaborado  
96 conforme determinação da Secretaria da Fazenda, que é uma mera formalidade.

97 De acordo com este posicionamento, a Comissão Permanente de Acompanhamento  
98 Orçamentário decidiu por não aprovar o Orçamento e propor ao CES que emita uma  
99 Resolução nos seguintes termos:

100  
101

RESOLUÇÃO 004/CES/2016

102  
103

O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e

104  
105

Considerando a Lei 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços;

106  
107

Considerando a lei 8.142/90, que no seu artigo 4º dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre a transferência de recursos;

108  
109  
110  
111

Considerando a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

112  
113  
114

Considerando a Portaria GM 3085, de 01 de setembro de 2006, que regulamenta o Sistema de Planejamento do SUS, e a Portaria GM 333, de 28 de dezembro de 2006, que aprova as orientações gerais acerca de seus instrumentos básicos;

115  
116

RESOLVE

117  
118  
119  
120  
121  
122

Após apresentação da Proposta Orçamentária Ajustada para o ano de 2017, que traz em sua discriminação as fontes de recursos e suas rubricas para o Orçamento da Saúde de 2017, este Conselho resolve não aprovar a Proposta de Orçamento apresentada, por não contemplar as necessidades financeiras do setor Saúde no Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 09 de novembro de 2016.

123  
124  
125

JORGE DOS PASSOS CORRÊA COBRA  
PRESIDENTE DO CES/SC

126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133

O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann questionou se a comissão chegou a determinar quanto falta para cumprir as necessidades e se a emenda, que foi aprovada em dezembro na ALESC, que amplia de 12 para 13% a arrecadação para Saúde, foi contemplada na proposta de orçamento quando no parecer da Comissão.

O Conselheiro Bernard Van de Meene respondeu que não houve uma construção conjunta da SES e a Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário na elaboração do Orçamento. Disse acreditar que foram contemplados os 13%, de acordo com o que foi explanado pela SES. Falou que a realização do Orçamento de 2016 não bate com o orçamento,

134 assim como em 2015. Informou do caso de 5 Policlínicas que estavam previstas para serem  
135 construídas e nenhuma foi construída.

136 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim falou que foi aprovado na ALESC o aumento  
137 gradativo do Orçamento da Saúde de 12 para 13, 13 para 14% e assim por diante. Ponderou  
138 que não acha que este percentual seja o ideal. Falou que a SES deve implementar, cada vez  
139 mais, as ações dos serviços de Saúde. Disse que não concorda que o orçamento da SES seja  
140 uma mera formalidade, já que existe uma estrutura orçamentária/financeira, uma equipe de  
141 diversas áreas afins, que tem a responsabilidade de identificar as suas necessidades de  
142 orçamento, sempre respeitando o teto orçamentário. Ressaltou que a moção proposta deveria  
143 ser encaminhada ao Legislativo, para uma revisão de percentual e para questionamento se  
144 todas as necessidades estão sendo atendidas.

145 O Conselheiro Pedro Cezar Peliser falou que na primeira reunião da Comissão de  
146 Acompanhamento Orçamentário, sobre o Orçamento de 2017, não se entendeu os números e  
147 na segunda reunião, a Comissão pediu que fosse apresentado o orçamento mais detalhado.  
148 Disse que foi informado de que estavam faltando aproximadamente cerca de 1 ou 1,5 bilhão  
149 para complementar os gastos com a Saúde. Segundo o Conselheiro, o Orçamento da Saúde  
150 para 2017 é o mesmo de 2016 e por essa questão a comissão decidiu que o Orçamento  
151 2017/SES é insuficiente para cobrir os gastos com a Saúde, mesmo aumentando anualmente  
152 1%.

153 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes concordou com o Conselheiro  
154 Bernard Van de Meene, em relação à construção do Orçamento, que deva existir a participação  
155 do Controle Social. Disse que o CES tem pouco tempo e mecanismos para fazer suas  
156 considerações. Acredita que a comissão se debruçou sobre o assunto para trazer ao Pleno seu  
157 relato e que há a necessidade de uma reformulação do Orçamento com os técnicos e o  
158 Controle Social para apresentar ao pleno antes de mandar para o Legislativo.

159 O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann ponderou que não é lógico votar a  
160 PAS/2017 sem aprovar o Orçamento/2017. Propôs que seja criada uma comissão conjunta da  
161 SES e o CES, para que os técnicos da SES possam elaborar uma Programação Anual de  
162 Saúde, de acordo com um orçamento necessário e disponível, ou que os técnicos apresentem  
163 ao CES, qual Programação deverá ser cortada para adequar ao orçamento. Também questionou  
164 qual seria o melhor caminho, se talvez, haja uma discussão conjunta do orçamento com a  
165 programação, ou qual dos dois deveria ser discutido primeiro.

166 O Presidente, Jorge dos Passos Correa Cobra lembrou que as comissões do CES têm  
167 essa responsabilidade, que não há necessidade de se criar uma comissão para discutir o  
168 orçamento. Falou que é importante fortalecer as comissões, que têm à disposição o quadro  
169 interno da SES e até mesmo auxílio externo quando necessário.

170 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim falou que a programação orçamentária se  
171 inicia nos meses de julho/agosto/setembro e que a Comissão Permanente de Acompanhamento  
172 Orçamentário poderia se organizar para propor ações junto as áreas afins, já que o papel do  
173 CES é de propor e o da SES de executar. Disse que a expectativa de programação sempre  
174 ultrapassa o teto do orçamento, inclusive no âmbito federal e municipal, porém os itens  
175 necessários estão previstos no orçamento e podem ser implementados ou remanejados junto à  
176 Secretaria de Estado da Fazenda. Sugeriu que o CES, juntamente à ALESC ou outros órgãos  
177 necessários, solicite uma maior atenção na implementação do orçamento destinado à SES.

178 O Conselheiro Bernard Van de Meene informou que houve várias reuniões da  
179 Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, nas quais os representantes do  
180 governo não compareceram.

181 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim falou da importância do tema Orçamento e se  
182 colocou à disposição para participar da Comissão. Segundo ele, os técnicos da SES precisam  
183 conhecer a realidade dos Municípios, para se construir um plano de ação que contemple 100%  
184 da população. Questionou se já não está sendo aplicada a PEC 255, que reduz em 20% o  
185 recurso da SES. Disse acreditar que sim, pois, ainda segundo ele, muitos serviços estão sendo  
186 fechados. Falou que é importante aprofundar a discussão do tema e que concorda com o  
187 parecer da comissão.

188 O Presidente, Jorge dos Passos Correa Cobra, colocou em votação nominal a Proposta  
189 de Resolução da Comissão de Acompanhamentos Orçamentários do CES, que teve os  
190 seguintes votos:

191 Alessandra Tagliari C. Da Silva - Aprovou  
192 Alexandre Cunha dos Santos - Aprovou  
193 Aline Gunsett - Aprovou  
194 André Mendes Arent - Aprovou  
195 Beatriz Minatto (MS) – Não aprovou  
196 Bernard Van de Meene - Aprovou  
197 Canísio Isidoro Winkelmann - Aprovou  
198 Cecília Alves de Lima - Aprovou  
199 Clécio Antônio Espezim – Não aprovou  
200 Cleia Clemente Aparecida Giosole - Aprovou  
201 Elsita Chorztenberger Andrade - Aprovou  
202 Fábio Gaudenzi de Faria – Não aprovou  
203 Fátima Regina da Silva - Aprovou  
204 Francieli dos Santos - Aprovou  
205 Hortência Salet Muller Tierling - Aprovou  
206 Jorge dos Passos Corrêa Cobra - Aprovou  
207 Maria Conceição dos Santos - Aprovou  
208 Maria Izabel Giroto – Absteve – se  
209 Milton Ricardo de Medeiros Fernandes - Aprovou  
210 Nayana Setubal Bittencourt - Aprovou  
211 Nereu Sandro Espezim - Aprovou  
212 Pedro Cezar Peliser - Aprovou  
213 Sérgio Murilo Rabelo - Aprovou  
214 Sônia Teresinha Bodanese – Não aprovou

215 Com 19 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção, a proposta de Resolução foi  
216 aprovada.

217

### 218 **ITEM III – PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE SES/2017 - Votação;**

219 O Presidente explicou que a Programação Anual de Saúde SES/2017 foi apresentada na  
220 reunião passada e as dúvidas esclarecidas pela equipe técnica, ficando para esta sessão a  
221 votação.

222 A Conselheira Helga Regina Bresciani falou que nem todos seus questionamentos  
223 foram esclarecidos.

224 O Secretário Executivo respondeu que os questionamentos não respondidos serão  
225 esclarecidos pelas áreas técnicas responsáveis na reunião.

226 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou, em relação ao objetivo: melhorar a  
227 condição de Saúde do idoso e portadores de doenças crônicas, mediante qualificação da gestão  
228 e redes de atenção, na parte dos objetivos específicos está: realizar 2 oficinas para implementar

229 ações de saúde da pessoa idosa na atenção básica, se essas 2 oficinas atenderão os  
230 profissionais de todo o Estado ou apenas 2 Municípios escolhidos.

231 A Coordenadora de Atenção Básica respondeu que essas 2 oficinas serão realizadas na  
232 Macrorregião de Joinville (Planalto e Nordeste) e Macrorregião de Blumenau (Planalto e Vale  
233 Foz Rio Itajaí), já que em 2016 foi realizada oficina na Macrorregião Grande Oeste e em 2015  
234 na Macrorregião da Serra Catarinense, contemplando assim todo o Estado.

235 A Conselheira Helga Regina Bresciani sugeriu que se discrimine as regiões abrangidas,  
236 ou coloque a informação das oficinas realizadas.

237 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou em relação ao eixo Média e Alta  
238 Complexidade, no objetivo específico: Ampliar estrutura de Saúde bucal de média e alta  
239 complexidade terão 4 reuniões de apoio institucional para qualificação de centros de  
240 especialização odontológicas para Gersas e Municípios, quantos Municípios serão atendidos.

241 O Coordenador de Saúde Bucal, Nestor Carvalho, respondeu que são feitas web  
242 conferências e fóruns para discussão e que essas 4 reuniões serão presenciais para Municípios,  
243 onde existem centros de especialidades odontológicas e alguns outros que têm estudos para  
244 sua implementação.

245 A Conselheira Helga Regina Bresciani perguntou se o valor destinado era apenas para  
246 diárias de quem participará das reuniões.

247 Nestor Carvalho respondeu que sim, diárias dele e de quem o acompanhar.

248 A Conselheira Helga Regina Bresciani perguntou em relação ao eixo Média e Alta  
249 Complexidade, no objetivo específico: Organizar a rede de atendimento odontológico  
250 hospitalar para pacientes com necessidades especiais, organização de atendimento  
251 odontológico em 4 hospitais, qual o critério para seleção desses hospitais. E questionou sobre  
252 o valor destinado para isso de apenas 440,00 reais.

253 O Coordenador de Saúde respondeu que o critério de seleção foi para os hospitais que  
254 receberam do Ministério da Saúde os equipamentos odontológicos, porém não tiveram ou  
255 tiveram poucos atendimentos. São os hospitais de Rio do Sul, Mafra, Curitiba, São  
256 Universitário de Florianópolis e Içara. E que o valor apresentado é referente às 4 diárias para  
257 visita aos hospitais.

258 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou em relação ao objetivo: Ampliar a  
259 oferta de órtese, prótese e medicamentos, através do objetivo específico: realizar cirurgias de  
260 órtese e prótese a partir da demanda reprimida, realizar 20% da demanda reprimida, sobre não  
261 haver orçamento para isso, se o orçamento contempla essa ação.

262 A Gerente de Planejamento, Nardeli Junckes, respondeu que é uma questão de  
263 organização de fluxo, quando não há orçamento, e que o orçamento para os 20% das cirurgias  
264 está incluso em outra ação.

265 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes falou que a SES deveria fazer  
266 uma capacitação aos Municípios, para que eles tenham um número real de suas demandas  
267 reprimidas, caso contrário complica na realização das ações no orçamento. Disse que a SES  
268 deveria ampliar o recurso para que diminua o número de pessoas que esperam por uma  
269 cirurgia.

270 A Conselheira Sônia Teresinha Bodanese falou que a cirurgias eletivas são um dos  
271 maiores problemas na Saúde e que com a Lei da Publicização, que se aplica tanto para os  
272 municípios como para o Estado, saberemos o real tamanho das filas. Falou que os 32 milhões,  
273 destinados para esse fim, estão muito abaixo do que realmente é necessário para acabar com as  
274 filas de espera de cirurgias eletivas e que o COSEMS se coloca à disposição para buscar esses  
275 números.

276 A Conselheira Maria Conceição dos Santos disse que encaminhou suas dúvidas, que  
277 leu toda PAS, e em quase todo documento teve dúvidas, a maioria semelhantes as da  
278 Conselheira Helga Regina Bresciani. Falou que nas ações, onde dizia capacitação com um  
279 valor x, não especificava para quantas pessoas ou quais os profissionais atendidos. Observou  
280 algumas webs conferências sem valores e gostaria de saber os custos para isso. Ponderou que  
281 existem muitos cursos e poucas ações, quando se trata de Saúde da Mulher. Questionou qual a

282 importância dada ao seu papel de conselheira atuando como controle social. Disse que toda  
283 vez que encontrar dificuldades, irá se reunir para trabalhar em cima delas, para poder  
284 realmente cobrar. Perguntou se a PAS realmente contempla o orçamento da Saúde. Disse que  
285 gostaria de ver na PAS o número de participantes e como será gasto o orçamento com cada  
286 ação respectiva.

287 A Gerente de Planejamento, Nardeli Junckes, disse que foi falado sobre a construção  
288 desse instrumento de gestão, a PAS, que reflete o que está no Plano Estadual de Saúde nesses  
289 4 anos. A cada ano é feita uma nova Programação Anual de Saúde dentro do orçamento. Falou  
290 que houve uma grande evolução nos instrumentos de gestão e diferente de outros anos, o CES  
291 está participando, através de sugestões, colocações, mas muita coisa ainda precisa ser  
292 melhorada. Disse que para 2018, levará em conta a sugestão de padronizar a programação,  
293 incluindo o número de participantes abrangidos nas ações, por exemplo.

294 A Conselheira Helga Regina Bresciani disse que não concordava com o verbo utilizado  
295 na ação: Monitorar a realização de procedimentos contemplados na programação pactuada  
296 integrada, meta: 100% dos procedimentos pactuados, acredita que melhor que monitorar seria  
297 realizar, até porque são aproximadamente 269 milhões somente para monitorar.

298 A Gerente de Planejamento respondeu que o “monitorar” seria acompanhar um valor  
299 que será repassado.

300 A Conselheira Helga Regina Bresciani disse que o termo “incentivo” ficou confuso na  
301 ação: Realizar a manutenção do incentivo de política de atenção hospitalar. E no verbo  
302 processar, da ação: Processar a produção hospitalar dos prestadores sobre gestão estadual.

303 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos falou, em relação à HIV/AIDS, que o  
304 Estado de Santa Catarina é o segundo com maior incidência e o quarto com maior número de  
305 óbitos. Falou que as estratégias previstas não vão ao encontro da realidade. Questionou se a  
306 rede de atenção e cuidados vai ser explorada, se o Estado vai investir para atingir a meta 99/99  
307 até 2020. Perguntou quais são as propostas de Santa Catarina para o fim da epidemia e quais  
308 ações de prevenção e se somente será uma vez por ano a testagem de HIV/AIDS.

309 O Conselheiro Luiz Henrique Costa falou que a PAS não é um documento morto.  
310 Questionou quais os principais problemas de saúde encontrados com a PAS. Reforçou a  
311 questão de HIV/AIDS é muito grave, como também a Sífilis. Propôs que a apresentação do  
312 PAS indique quais os problemas mais críticos, onde é concentrado maior recurso. Citou o  
313 exemplo da Sífilis, onde existe um tratamento inadequado, pela rede de saúde e falta de  
314 informação à população. Falou que a relação da residência multiprofissional e residência  
315 médica, é desproporcional, acredita que deva ser ampliado o número de bolsas e programas  
316 voltados aos profissionais que atuam na atenção básica em saúde da família e coletiva.

317 O Conselheiro Eduardo Marques Macário, Diretor da Vigilância Epidemiológica, disse  
318 que a Vigilância Epidemiológica tem realizado várias ações, algumas mencionadas fazem  
319 parte da meta e que talvez não estejam diretamente apontadas no plano, já que o plano marca  
320 alguns pontos chaves, que serão os indicadores de monitoramento e acompanhamento. Em  
321 relação às diretrizes, citou algumas: Ampliar o acesso ao diagnóstico precoce, tratamento  
322 oportuno, atenção integral à Saúde da pessoa vivendo com HIV/AIDS e Reduzir a transmissão  
323 vertical de HIV e Sífilis. Falou que o plano foi apresentado ao CES e aprovado e pediu que,  
324 caso surjam outras dúvidas e questionamentos, o CES as encaminhe à Diretoria de Vigilância  
325 Epidemiológica. Falou, ainda, que existe uma agenda estratégica da Vigilância que abrange  
326 alguns pontos mais específicos e se colocou à disposição para apresentá-la.

327 Segundo o Conselheiro Luiz Henrique Costa, 50 mil reais para a ação: Promover a  
328 mobilização estadual de combate à Sífilis, é insuficiente.

329 Eduardo Marques Macário falou que esse recurso é somente para realização de um  
330 evento, em uma data específica, e que existem outras ações na Programação que abrangem o  
331 combate à Sífilis.

332 Segundo a Conselheira Helga Regina Bresciani, não tem orçamento para a ação:  
333 Capacitar profissionais de Saúde na área de Saúde do Trabalhador.

334 O Superintendente de Vigilância em Saúde da SES, pediu desculpas, acredita que  
335 houve algum desencontro, já que foram encaminhados à Gerência de Planejamento os  
336 questionamentos da Conselheira Helga e valores referentes à ação.

337 A Conselheira Helga Regina Bresciani disse que, em relação ao objetivo: Reduzir a  
338 incidência e mortalidade por doenças imunopreveníveis, coqueluche, meningite e influenza no  
339 Estado, chamou a sua atenção o valor para realizar 2 seminários, ser somente 20% do que  
340 custará para realizar um simpósio. Que, a respeito da ação: Subnotificação do caso de doença  
341 diarreica, ter apenas 2 seminários. Também questionou qual o critério utilizado para elegerem  
342 as regiões.

343 O Diretor da Vigilância Epidemiológica, Eduardo Marques Macário, respondeu, em  
344 relação as doenças imunopreveníveis, que o simpósio estadual abrange um público de 150  
345 pessoas aproximadamente e é voltado a todo Estado, enquanto os seminários vigilância  
346 sentinela, um público de 10 pessoas e é voltado para uma região específica, como é o caso de  
347 Florianópolis e Joinville, que não cumpriram a meta de envio regular da amostra e foram  
348 descredenciados pelo Ministério da Saúde. Em relação a subnotificação de doença diarreica,  
349 desde 2015 vem sendo realizados seminários e esses 2 seminários previstos na ação são para  
350 as 2 macrorregiões faltantes para contemplar todo o Estado.

351 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou a falta de orçamento para realização  
352 de web conferência na ação: reduzir a letalidade por Hantavirose em regiões de Saúde do  
353 adulto, enquanto várias outras têm orçamento.

354 O Diretor da Vigilância Epidemiológica respondeu que a web conferência feita dentro  
355 da rotina do Tele Saúde já está pronta, não necessita de orçamento para serem realizadas,  
356 enquanto as webs conferências, de educação a distância, por exemplo, têm que criar o curso,  
357 toda a estrutura, contratar serviços, por isso a diferença.

358 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou, em relação a ação: aumentar o  
359 percentual de investigação oportuna dos óbitos de mulheres em idade infértil materno infantil  
360 fetais do Estado, e meta: Acompanhar a investigação oportuna dos óbitos, por que a meta é de  
361 80% e não 100% dos óbitos.

362 O Eduardo Marques Macário respondeu que a meta de acompanhar a investigação dos  
363 óbitos materno é bem maior. O que está sendo proposto nessa ação, é a investigação oportuna  
364 em até 120 dias. Falou que o que temos hoje no Estado é apenas 30% dessa investigação, por  
365 isso ficou estipulado no mínimo 80%, que irá aumentando paulatinamente durante os  
366 próximos 3 anos até chegar nos 100%.

367 A Conselheira Helga Regina Bresciani falou em relação a realizar ações de gestão dos  
368 serviços de verificação de óbitos, onde diz elaborar um documento para reforma, com  
369 orçamento em 300 mil reais, que esse valor não pode ser para a elaboração de um documento e  
370 sim para a reforma. Falou que precisa ser melhorado os verbos utilizados na PAS. Continuou  
371 suas dúvidas, em relação ao objetivo: implantar a vigilância em Saúde da população exposta  
372 em agrotóxico e ampliar e qualificar inspeções dos locais identificados como responsáveis  
373 pelo manejo e destino final de resíduos. Perguntou se não há custos para essas ações, ou foi  
374 apenas esquecimento. Citou mais dois objetivos sem custos previstos: implementar o plano  
375 integrado de gestão sanitária e instrumentalizar e capacitar os serviços de Saúde sobre  
376 atualizações relacionadas a assistência de Saúde, esse último com a ação: segurança do  
377 paciente. E em relação ao eixo de Assistência Farmacêutica não existe orçamento nenhum  
378 previsto. Disse a Conselheira.

379 Maria Tereza, Diretora da Assistência Farmacêutica, respondeu em relação a sua área  
380 que ficou decidido pela SES, que o setor que repassa o recurso é quem deveria indicar valores  
381 na PAS, no caso a Gerência de Orçamento.

382 A Conselheira Helga Regina Bresciani identificou mais uma ação sem orçamento, que  
383 é a de reduzir a mortalidade por AIDS.

384 Maria Tereza falou que essa ação é de fornecimento de medicamentos e por ser recurso  
385 Federal, não pode constar como orçamento.

386 A Conselheira Helga Regina Bresciani citou o objetivo: capacitar 100% dos médicos  
387 dos hospitais que aderirem ao programa de diagnóstico de morte encefálica e disse que  
388 também está sem custo. Falou, também, em relação ao objetivo: Estabelecer a política estadual  
389 de gestão de pessoas em consonância com a política nacional de gestão do trabalho e objetivo  
390 específico: elaborar um estudo das necessidades dos trabalhadores do SUS para unidades do  
391 SES com alocação de profissionais necessários que estão sendo abertos vários serviços nessa  
392 programação, e que é complicado aprovar uma PAS para estudos que já estavam previstos na  
393 PAS de 2016. E perguntou, em relação ao objetivo: acompanhar a execução das audiências  
394 públicas, se o valor de R\$ 650000,00 é para a realização das audiências.

395 A Gerente de Planejamento, Nardele Junckes, respondeu que esse valor é para as ações  
396 resultantes das 69 audiências públicas já realizadas.

397 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou se o valor previsto para garantir a  
398 participação dos conselheiros estaduais nas conferências, nas plenárias de conselhos e demais  
399 fóruns de políticas públicas é suficiente para atender aos 64 conselheiros estaduais. Disse que  
400 acredita que esse valor seja inadequado ao objetivo.

401 O Secretário Executivo, José Carlos da Cruz respondeu que o valor é para diárias e  
402 passagens para a participação dos conselheiros nas 12 reuniões ordinárias do CES e nas  
403 reuniões das comissões do CES, que esse valor não entra para as Conferências de Saúde da  
404 Mulher e de Vigilância em Saúde, já que estarão previstos nas licitações. Falou que esse valor  
405 dará conta em virtude de nem todos conselheiros precisarem de passagens e diárias.

406 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou se quando aparece nas ações  
407 “remessas” é remessa de valor de alguma fonte para os Municípios.

408 Nardele Junckes, Gerente de Planejamento, respondeu que o termo remessa quer dizer  
409 repasse do setor financeiro direto para os Municípios.

410 Findadas as discussões, o Presidente, Jorge dos Passos Correa Cobra, colocou em  
411 votação nominal a Programação Anual de Saúde da SES/2017, com os seguintes votos:

412 Alessandra Tagliari C. Da Silva - Aprovou

413 Aline Gunsett - Aprovou

414 André Mendes Arent - Aprovou

415 Bernard Van de Meene – Não aprovou

416 Canísio Isidoro Winkelmann - Aprovou

417 Cecília Alves de Lima - Não aprovou

418 Clécio Antônio Espezim – Aprovou

419 Cleia Clemente Aparecida Giosole - Não aprovou

420 Elsitá Chorztenberger Andrade - Não aprovou

421 Fábio Gaudenzi de Faria – Aprovou

422 Fátima Regina da Silva - Não aprovou

423 Francieli dos Santos - Aprovou

424 Helga Regina Bresciani – Não aprovou

425 Jorge dos Passos Corrêa Cobra – Aprovou

426 Luiz Henrique Costa – Não aprovou

427 Maria Conceição dos Santos – Não aprovou

428 Maria Izabel Giroto – Absteve – se

429 Mario Bastos - Aprovou

430 Milton Ricardo de Medeiros Fernandes – Não aprovou

431 Nayana Setubal Bittencourt - Aprovou

432 Nereu Sandro Espezim – Não aprovou

433 Pedro Cezar Peliser - Aprovou

434 Sérgio Murilo Rabelo – Não aprovou

435 Sônia Teresinha Bodanese – Aprovou

436 Com 12 votos favoráveis, 11 contrários e 1 abstenção, a Programação Anual de Saúde  
437 da SES/2017 foi aprovada.

438 **ITEM IV – CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE DAS MULHERES E**  
439 **CONFERÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

440 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole, Coordenadora da Comissão  
441 Organizadora da Conferência Estadual de Saúde das Mulheres relatou que, no período da  
442 manhã, aconteceu a reunião da Comissão de Saúde da Mulher, na qual foi discutido a  
443 programação da conferência e também o local do evento. Em relação ao regulamento, será  
444 feito conforme o regimento aprovado, por consulta pública e informou, também, que no dia 17  
445 de março haverá uma video conferência para tratar do assunto. Concluiu dizendo que os  
446 trabalhos dessa comissão estão bem avançados e logo trarão ao pleno a programação e os  
447 nomes dos palestrantes.

448 O Conselheiro Fábio Gaudenzi de Farias, como membro da Comissão de Vigilância  
449 em Saúde, relatou que o andamento dos trabalhos está um pouco atrasado e que, em  
450 novembro, houve a convocação da primeira reunião para tratar da conferência, porém não teve  
451 quórum e que no dia 17/12 aconteceu, então, a primeira reunião. Disse que a proposta é  
452 estabelecer o Regimento interno até o dia 17/03, remeter à Comissão de Vigilância em Saúde  
453 para trazer ao pleno na próxima reunião.

454

455 **ITEM V - DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

456 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes sugeriu como pauta a  
457 apresentação, pela Frente Catarinense em Defesa da Saúde, de sua contrariedade em relação à  
458 implementação de cursos EAD na área de formação.

459 A Conselheira Elsitá Chorztenberger Andrade reforçou a sua solicitação de pauta: A  
460 apresentação das Práticas Integrativas Complementares.

461 O Conselheiro Fábio Gaudenzi de Farias solicitou que o Regimento Interno da  
462 Conferência Estadual de Vigilância em saúde seja item de pauta da reunião de abril.

463 O Conselheiro Sérgio Murilo Rabelo solicitou o item de pauta, para a reunião de maio,  
464 a apresentação do plano de trabalho da CIST Estadual.

465 O Presidente lembrou que 3 itens são obrigatórios, em virtude de prazos, que são:

466 - Prestação de Contas do 3 Quadrimestre de 2016;

467 - Relatório Anual de Gestão de 2016 e

468 - Indicadores do Pacto Interfederativo para 2017.

469 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole colocou que o CES deve estar  
470 pensando a questão de medicamentos a nível de Estado para Municípios, pois quem sofre é o  
471 usuário, em alguns casos correm risco de morte.

472 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim propôs como item de pauta para reunião de  
473 maio que a SES apresente o número de leitos de hospitais próprios que estão fechados, e  
474 número de servidores que necessitam para voltarem a funcionar.

475 A Conselheira Maria Izabel Giroto solicitou que o Secretário de Estado da Saúde  
476 participe da apresentação proposta pela Conselheiro Nereu Sandro Espezim

477

478 **RELATO DAS COMISSÕES**

479 O Conselheiro Sérgio Murilo Rabelo, Coordenador da CIST Estadual, relatou que a  
480 Cist encaminhou ao CES um documento, no qual solicita ao Cerest Estadual a apresentação  
481 da Prestação de Contas de 2016 e o Plano de Ação para 2017, e que informe ao CES e controle  
482 social todas suas ações. Destacou a importância da participação do Cerest Estadual nas  
483 reuniões da CIST.

484 O Presidente, Jorge do Passos Correa Cobra, colocou em votação os encaminhamentos  
485 da CIST Estadual apresentado pelo Conselheiro Sérgio Murilo Rabelo, os quais foram  
486 aprovados por unanimidade.

487

488 **INFORMES**

489 O Conselheiro Clóvis Thadeu Rabello Improta informou que encaminhou um ofício ao  
490 Secretário de Estado da Saúde solicitando respostas e somente após 4 meses, esse ofício foi

491 respondido, sendo que as respostas foram evasivas. Falou que gostaria de saber o porquê da  
492 mudança da nomenclatura dos médicos veterinários.

493 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a  
494 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

495

**Florianópolis, 8 de março 2017.**